



ESTRATÉGIA DE
DESENVOLVIMENTO LOCAL
COIMBRA 2020

ÍNDICE

I. CARACTERIZAÇÃO DO DLBC RURAL – COIMBRA 2020	3
II – ENQUADRAMENTO TERRITORIAL E ANÁLISE SWOT	6
<i>Território, Produtos e Recursos</i>	6
<i>População</i>	6
<i>Economia: Setor Primário</i>	7
<i>Economia: Setor Secundário</i>	8
<i>Economia: Setor Terciário</i>	8
<i>Qualidade de Vida</i>	9
<i>Análise SWOT</i>	9
III - ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL	11
<i>Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL) "PACTO COIMBRA 2020"</i>	13
<i>Estratégia de Cooperação</i>	19
<i>Articulação da EDL com a EIDT da Região de Coimbra e a RIS 3 Centro</i>	19
<i>Modelo de Governação</i>	21
III. INVESTIMENTOS, AÇÕES E METAS	22

I. CARACTERIZAÇÃO DO DLBC Rural - Coimbra 2020

Identificação do GAL

NIF: 513281428

Nome ou Designação Social: COIMBRAMAISFUTURO - CMF - Associação de Desenvolvimento Local de Coimbra

Morada (Sede Social): Escola EB1 Cidreira, Cidreira, Antuzede

Código Postal: 3025-149

Localidade: Coimbra

NUTS III: Região de Coimbra

NUTS II: Centro

Tipo Entidade: Agências e associações de desenvolvimento regional e local

Contactos:

Morada: Edifício INOPOL – salas 2.5 e 2.6, Quinta Agrícola – Bencanta, 3045-601 Coimbra

Contacto telefónico: 932 158 846

Correio eletrónico: geral@coimbramaisfuturo.pt

Website: www.coimbramaisfuturo.pt

ÁREA DE INTERVENÇÃO DA EDL Coimbra 2020

Designação DT	Designação CC	Designação FR	Rural
Centro	Coimbra	Almalaguês	S
Centro	Coimbra	Brasfemes	S
Centro	Coimbra	Ceira	S
Centro	Coimbra	Cernache	S
Centro	Coimbra	São João do Campo	S
Centro	Coimbra	São Silvestre	S
Centro	Coimbra	Torres do Mondego	S
Centro	Coimbra	União das freguesias de Antuzede e Vil de Matos	S
Centro	Coimbra	União das freguesias de Assafarge e Antanhol	S
Centro	Coimbra	União das freguesias de Eiras e São Paulo de Frades	S
Centro	Coimbra	União das freguesias de Santa Clara e Castelo Viegas	S
Centro	Coimbra	União das freguesias de São Martinho de Árvore e Lamarosa	S
Centro	Coimbra	União das freguesias de São Martinho do Bispo e Ribeira de Frades	S
Centro	Coimbra	União das freguesias de Souselas e Botão	S
Centro	Coimbra	União das freguesias de Taveiro, Ameal e Arzila	S
Centro	Coimbra	União das freguesias de Trouxemil e Torre de Vilela	S

PARCERIA COIMBRA 2020:

NIF	Designação	Data da constituição	Data início da atividade	CAE	Tipo
501711554	CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE ARTESANATO (CEARTE)	25-07-1986	01-08-1987	85591	Associações Públicas
502068710	ASSOCIAÇÃO DE BENEFICIARIOS DA OBRA DE FOMENTO HIDROAGRICOLA DO BAIXO MONDEGO	04-08-1988	28-09-1988	1610	Associações Públicas
501057250	ACIP - ASSOCIAÇÃO DO COMERCIO E DA INDUSTRIA DA PANIFICAÇÃO, PASTELARIA E SIMILARES	09-01-1976	04-03-1975	94110	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
510032370	ADOC - ASSOCIAÇÃO DE DOCEIROS DE COIMBRA	21-11-2011	01-06-2012	94995	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
506662306	APCC - ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL DE COIMBRA	27-10-2003	27-10-2003	88102	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
501165010	CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE COIMBRA CRL	23-02-1950	23-02-1950	64190	Cooperativa (inclui União de Cooperativas)
506415082	MUNICÍPIO DE COIMBRA		01-01-2014	84113	Autarquias Locais
501165029	COOPERATIVA AGRICOLA DE COIMBRA CRL	12-12-1951	31-12-1951	46214	Cooperativa (inclui União de Cooperativas)
508516021	HERANÇA DO PASSADO- ASSOCIAÇÃO	17-03-2008	17-03-2008	94991	Agências e associações de desenvolvimento regional e local
600027350	INSTITUTO POLITECNICO DE COIMBRA	26-12-1979	01-11-1995	85420	Estabelecimento de Ensino Superior Público - Instituições de Ensino Politécnico
502936436	MERCADO ABASTECEDOR DA REGIÃO DE COIMBRA S.A.	20-10-1992	17-03-1993	68200	Sociedades Comerciais
501617582	UNIVERSIDADE DE COIMBRA	01-03-1290	01-01-1988	85420	Estabelecimento de Ensino Superior Público - Instituições de Ensino Universitário
510836119	FREGUESIA DE SÉ NOVA, SANTA CRUZ, ALMEDINA E SÃO BARTOLOMEU	28-01-2013	29-09-2013	84113	Autarquias Locai

A parceria que integra a CoimbraMaisFuturo é recente, no entanto, todos os seus parceiros possuem experiência relevante no contexto da EDL ou na gestão e execução de projetos. Os 13 associados/parceiros da CMF são entidades com uma grande visibilidade, com um conhecimento e experiência muito relevantes nas suas áreas de atuação, com uma grande aderência ao território e com uma maturidade resultante de largos anos de existência (9 dos 13 parceiros têm mais de 20 anos de existência, existem mesmo 3 associados que têm mais de 50 anos e só 2 foram criados mais recentemente em 2011 e 2013). Estamos perante organizações cuja representatividade social aponta para os 25.079 membros e com uma representatividade setorial diversa e em alinhamento com a estratégia de desenvolvimento local.

As linhas de atuação previstas para o próximo período de programação, com destaque para o investimento produtivo, o sector agrícola e do empreendedorismo ganham especial relevância, dão expressão à presença de entidades como a ACIP - Associação Comercial Industrial Panificação Similares, a ADOC - Associação de Doceiros de Coimbra, o MAC - Mercado Abastecedor da Região de Coimbra, a Cooperativa Agrícola de Coimbra, a ABOFHBM (Associação de Beneficiários da Obra de Fomento Hidroagrícola do Baixo Mondego) e a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Coimbra. Estas organizações são relevantes para trabalhar o objetivo específico da "Dinamização económica dos recursos naturais e produtivos". A Cooperativa Agrícola de Coimbra, poderá ser determinante na mobilização dos pequenos produtores agrícolas e a Caixa de Crédito

Agrícola poderá ser relevante para a construção de mecanismos financeiros ajustados à execução do DLBC no território.

O MAC tem uma competência muito relevante para a EDL pela atividade que desenvolve de acordo com o que se encontra estipulado na legislação que enquadra os mercados abastecedores: "Os mercados abastecedores, contribuem ainda para a organização, a orientação e o escoamento da produção agrícola e para a correta realização das operações de ordenamento do espaço urbano."

A ADOC desenvolve atividades de qualificação, promoção e divulgação da Doçaria de Coimbra, tendo 2 pedidos de qualificação de produtos tradicionais em curso. Trata-se de uma organização muito dinâmica e próxima dos agentes económicos do setor, podendo vir a desempenhar um papel determinante nas matérias previstas na EDL relativas aos produtos locais de qualidade.

Também a ABOFHBM é um parceiro relevante pelas atividades que desempenha ao nível da gestão do aproveitamento hidroagrícola desta região.

O CEARTE é responsável pela gestão de fundos públicos afetos à formação a nível nacional na área do Artesanato (180 ações/ano, 2.000 formandos), apresentando experiência na criação da Portaria da Aprendizagem e no desenvolvimento dos perfis profissionais e formativos que integram o Catálogo Nacional das Qualificações; criou um Centro de Recursos em Conhecimento de estímulo à inovação nas artes e ofício e um CNO. A sua experiência revela-se fundamental para os objetivos específicos da EDL.

A Universidade de Coimbra, pelas atividades letivas, pelos centros de investigação que integra, e pelo conhecimento e pela experiência acumulada em termos de gestão de projetos financiados por fundos comunitários, é também um parceiro fundamental para a prossecução e gestão da EDL.

O IPC/Escola Superior Agrária de Coimbra (ESAC), desempenha funções em termos letivos e ao nível investigativo que se equacionam de forma determinante para a execução de alguns objetivos específicos da EDL. Esta organização possui experiência ao nível da gestão de projetos na área dos fundos comunitários e desenvolve serviços de apoio à comunidade nos domínios do apoio técnico, realização de análises, da consultoria e da formação.

Por outro lado uma entidade como a APCC - Associação de Paralisia Cerebral de Coimbra, surge como pertinente para as problemáticas sociais e de emprego identificadas. Esta associação possui uma exploração agrícola com 22 ha de terreno agrícola e promove cursos de formação agrária para jovens.

A Herança do Passado tem experiência ao nível da formação e na organização de eventos culturais equacionando-se, também um papel relevante desta organização, nas matérias relativas ao património e ao artesanato.

A Câmara Municipal assume funções transversais nesta parceria, desempenhando uma ligação ao território que deve ser realçada por se constituir como eixo fundamental em algumas áreas: produção de algumas regulamentações relativas às pequenas produções e ao alojamento, associando-lhe a grande experiência na gestão de projetos e de fundos comunitários e públicos.

A CMF conta na sua parceria com entidades com uma vastíssima experiência na gestão e execução de fundos e políticas públicas, propondo-se a organizar a sua estrutura (recursos humanos, logísticos e financeiros) para vir a desempenhar funções de Organismo Intermédio (OI).

II - Enquadramento Territorial e Análise SWOT

A zona de intervenção (ZI) da CMF abrange toda a área administrativa do concelho de Coimbra, compreendendo as suas 18 freguesias, correspondendo a uma área total de 319,41 km² e uma população residente e presente de 143.396 e 149.425 pessoas, respetivamente, e a uma densidade populacional de 448,95 habitantes por km².

A zona de intervenção (ZI) do DLBC Rural é constituída por 16 das 18 freguesias do concelho de Coimbra, com uma área total de 291,80 km² (91% do concelho) e uma população residente de 90.489 hab (63% do concelho), com uma densidade populacional de 310,1 hab/km². A informação seguinte foi trabalhada, sempre que possível, com o ajustamento às freguesias aprovadas para o DLBC rural (ZI).

Localizada na Região Centro, a ZI integra a NUT III Região de Coimbra, encontrando-se plenamente integrada na área de intervenção da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra.

Território, Produtos e Recursos

Quanto ao solo, verifica-se a seguinte ocupação no concelho: uma extensa área florestal (12.237ha -39%); área agrícola (8.755ha – 28%); meios seminaturais -14,26%; espaço urbano (11,75%); áreas artificiais (4,7%) e as superfícies com água - 1,68%.

A mancha florestal encontra-se distribuída por todo o concelho de Coimbra, ocupando a maior parte de 14 das 18 freguesias do concelho de Coimbra, com exceção das freguesias de S. João do Campo, S. Silvestre e a União de Freguesias de Trouxemil e Torre de Vilela, que apresentam maior representatividade de área agrícola e da União de Freguesias de Coimbra que, apesar de apresentar uma maior ocupação urbana, abrange ainda uma área agrícola onde se localizam alguns arrozais do Baixo Mondego e algumas manchas florestais com significado nacional (Choupal).

O rio Mondego destaca-se como o principal elemento natural caracterizador do concelho que, conjuntamente com o Ceira e os seus afluentes, contribuem para criar uma vasta planície aluvial, os campos do Mondego, que lhe confere um elevado potencial agrícola.

Ao nível da produção agrícola, destacam-se os cereais (milho e arroz), as hortícolas, a batata, os viveiros de árvores de fruto e a vinha. Como produtos certificados temos a Carne Marinhoa (DOP), o Arroz Carolino do Baixo Mondego (IGP), os vinhos Beira Atlântico (IGP) e Bairrada (DOP).

Existe uma forte tradição ao nível do artesanato (Faiança de Coimbra, Cerâmica de Coimbra, Ferro Forjado de Coimbra, Guitarra de Coimbra, Tapeçaria de Almalagûês) e da doçaria conventual (Arrepiados do Convento de Santa Clara; Arrufada do Convento de Sant'Ana de Coimbra; Cavacas Altas de Coimbra; Celestes de Santa Clara; Confeitos de Sant'Ana de Coimbra; Escarpadas de Coimbra; Pastéis de Santa Clara; Suspiros de Coimbra e as Talhadas de Príncipe do Mosteiro de Celas de Coimbra).

O património natural e cultural existente no concelho divide-se em 4 grandes tipologias: património arqueológico; património urbanístico; património edificado; património paisagístico (paisagem do Mondego e margens de encostas alcantiladas). Destaque para a ZPE e SIC do Paúl de Arzila (Rede Natura 2000); Reserva Natural do Paúl de Arzila e as Matas Nacionais do Choupal e de Vale de Canas.

População

Em 2011, residiam no concelho de Coimbra 143.396 habitantes, dos quais 53% são mulheres, que tendencialmente apresentam habilitações mais elevadas que os homens nos escalões etários mais jovens e habilitações mais baixas nas faixas etárias mais elevadas.

A variação populacional nos anos 2001-2011 no concelho é de -3,40%. Os grupos etários dos 0-14 e dos 15-24 anos apresentam a maior diminuição (-10,75% e -27,96%) e, em contrapartida, o grupo dos habitantes com mais de 65 anos registam o maior aumento (20,20%), refletindo uma clara tendência para o envelhecimento populacional. O grupo dos 25-64 anos, apresenta uma variação positiva de 0,35%, face a 2001.

As freguesias que demonstraram um maior decréscimo populacional no último período censitário foram a União de Freguesias de Coimbra e Santo António dos Olivais, verificando-se, no entanto, algum poder de atração e fixação da população nas freguesias periurbanas e rurais.

Atendendo à estrutura populacional, destacam-se os seguintes indicadores: a idade média da população tem vindo a registar um claro aumento ao longo dos últimos 3 períodos censitários, passando de 36,75 anos em 1991, para 39,95 anos em 2001 e 43,4 anos em 2011; também o índice de dependência total verificou um aumento, passado de 43,6 em 2001 para 48,2 em 2011, mas verificando-se uma diminuição do índice de dependência de jovens (de 19,8 em 2001 para 18,4 em 2011) e um aumento no índice de dependência de idosos (de 23,7 em 2001 para 29,8 em 2011); o índice de envelhecimento em Coimbra revela um panorama preocupante, transitando de 119,5 em 2001 para 161,4 em 2011 (sendo que nas mulheres este índice ascende a 193,7); por contraponto, verifica-se uma preocupante redução no índice de renovação da população em idade ativa que em 2001 era de 144,4 e em 2011 era de 88,51 (sendo que também aqui as mulheres apresentam um valor inferior ao dos homens, de 83,39 e 94,55, respetivamente).

A população agrícola no concelho de Coimbra em 2009 era de 5.281 pessoas, das quais 46% mulheres. Comparativamente com a população registada em 1999 (8.789 pessoas) e 1989 (13.853 pessoas), verifica-se uma clara tendência para o seu decréscimo verificando-se uma variação negativa de -39,9 no período 1999-2009 e de -36,6 entre 1989-1999.

Economia: Setor Primário

O território do concelho de Coimbra é marcado pelo uso dominante da floresta (39% do território), com predomínio do pinheiro bravo e eucalipto, seguido pelos usos associados à agricultura (29%).

Destacam-se como limitações à produção florestal, a falta de ordenamento e gestão; a falta de manutenção, limpeza e prevenção de incêndios; o absentismo por parte dos proprietários; a ausência de registos na matriz predial e a inexistência de organizações florestais.

Apesar da sua dimensão territorial, o setor primário constitui o setor de atividade com menor representatividade no concelho de Coimbra, com pouca expressão ao nível da empregabilidade, reduzindo-se a atividades ligadas à agricultura, silvicultura, pecuária e apicultura, geralmente numa lógica de autoconsumo e de complemento dos rendimentos familiares, sendo que em 91% das explorações agrícolas a fonte de rendimento do agregado familiar tinha principalmente origem exterior à exploração.

A estrutura produtiva agrícola revela um predomínio de explorações de tipo familiar, de dimensão reduzida, pouco rentáveis e geridas numa perspetiva de autoconsumo ou de mercado de proximidade.

Como principais problemáticas sentidas no setor agrícola, destaca-se a incipiente estrutura organizativa; a falta de serviços de assistência técnica; a idade avançada dos proprietários, o seu baixo nível de escolaridade e de formação profissional; a baixa empregabilidade, predominando o trabalho a tempo parcial, frequentemente com carácter sazonal ou pontual.

Verifica-se uma diminuição de 38% da área agrícola entre 1990-2007, acompanhada da diminuição do n.º de explorações agrícolas de 1999 (2.754) para 2009 (1.942). Entre 1999 e 2009, verificou-se no entanto o aumento da dimensão média das explorações, de 3,74 ha para 4 ha e um aumento da superfície agrícola por exploração, passando de 2,4 ha para 2,7ha.

A população agrícola no concelho de Coimbra totaliza em 2009, 5.281 pessoas, das quais 46% mulheres; apenas 9% são produtoras agrícolas, enquanto 89% ocupam o lugar de conjugue ou outro membro da família e dos dirigentes das explorações agrícolas apenas 17% são mulheres.

A mão-de-obra agrícola, que em 2009, era constituída por 4.655 pessoas, na sua maioria (95%) consistia em mão de obra familiar, e desta 73% trabalhavam apenas em tempo parcial. Já a mão-de-obra não familiar (5%) apresenta maioritariamente um regime de trabalho a tempo completo (87%). Na mão de obra agrícola permanente, 55% são mulheres, na sua maioria (62%) com idades compreendidas entre os 25-54 anos, a trabalhar a tempo completo (89%).

No período 2007-2013, o concelho demonstrou algum dinamismo na área agrícola, com a concretização de projetos de instalação de jovens agricultores (45 projetos dos quais 8 foram apresentados por mulheres) e investimentos de pequena dimensão (24 projetos, dos quais 6 foram apresentados por mulheres). Contudo, atendendo à dimensão e potencial agrícola do concelho, estes valores denotam ainda uma muito fraca mobilidade do território para a atividade agrícola, pelo que esta constitui uma área com grande potencial de crescimento.

Economia: Setor Secundário

Em 2014 estavam sediadas em Coimbra 18.200 empresas, das 70,4% empresas individuais e as restantes 29,6% eram sociedades.

Das 18.200 empresas, 9987,3% empregavam menos de 10 pessoas, havendo apenas 8 empresas com mais de 250 pessoas ao serviço, refletindo uma estrutura empresarial maioritariamente composta por empresas individuais e de pequena dimensão.

A evolução das variáveis, tanto dos estabelecimentos, como do pessoal ao serviço, entre 2011 e 2014, permite constatar uma dinâmica empresarial também pouco positiva, em que existe pouca criação de emprego e de novas unidades. A taxa de sobrevivência das empresas nascidas 2 anos antes é de 51,29%, naquele período, tendo diminuído o n.º de empresas de 19 993 (2011) para 19 103 (2012).

Por contraponto, as atividades que revelaram maior dinamismo, foram a atividade de saúde humana e apoio social (20%) e alojamento, restauração e similares (20%). Nos outros setores de atividade destacam-se, pela evolução negativa, as atividades de consultadoria, científica, técnica e similares (-10%); a construção (-20%); o comércio por grosso e a retalho (-15%) e a educação (-10%).

Em termos de pessoal ao serviço, quase todas as atividades registaram uma evolução negativa.

No concelho existem vários equipamentos de acolhimento empresarial: Parque Empresarial de Eiras; Parque Industrial de Taveiro; IParque; Instituto Pedro Nunes e centros de investigação e estudo que constituem mais-valias do território a potenciar.

Economia: Setor Terciário

Nas atividades comerciais, predominam os estabelecimentos (comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos e outros bens e serviços), com destaque para os serviços de saúde humana. Com alguma representação temos a indústria transformadora, a construção e obras públicas e a atividade industrial. A estrutura empresarial é débil, proliferando microempresas com mão-de-obra pouco qualificada.

Em termos de alojamento turístico, em 2013, estão contabilizados, no INE, 21 equipamentos hoteleiros (13 hotéis) e uma capacidade de alojamento de 2 600 pessoas. De uma forma geral, trata-se de uma oferta qualificada, marcada pelo predomínio dos hotéis. A repartição da capacidade de alojamento é desigual no território, sendo mais representativa na cidade.

Este território possui 180 artesãos (30 reconhecidos) e 33 Unidades Produtivas Artesanais que empregam cerca de 130 pessoas.

Qualidade de Vida

A rede escolar concelhia abrange todos os níveis de ensino e em 2013/2014 contava com 63 escolas EB1, 35 Jardins de Infância, 6 agrupamentos de escolas, 8 estabelecimentos públicos de Ensino Secundário; 3 estabelecimentos de ensino superior público, 1 universidade com 8 faculdades e 1 Instituto Politécnico com 6 Escolas Superiores. Existem ainda 44 estabelecimentos do Ensino Básico e Secundário, privado e cooperativo e 29 creches e JI da rede privada e solidária.

Na área da Saúde, o concelho de Coimbra destaca-se pelo ensino superior e pelos 4 hospitais centrais, 4 hospitais privados, 6 Centros de Saúde e 22 extensões.

Verifica-se a existência de uma rede alargada de valências (apoio à 1ª infância, à 3ª idade, à população com deficiência e apoio à família e à comunidade), no entanto, existem ainda carências nas respostas de apoio à 1ª infância e ao idoso. Na ZI existem 29 creches, 21 centros de dia e 9 lares de idosos.

Na ZI existem 275 equipamentos desportivos, e uma diversificada oferta desportiva, mas verificam-se de forma geral baixos índices de participação da população.

No domínio da cultura, o concelho de Coimbra tem 12 bibliotecas, 19 museus e 9 salas de espetáculos e conta com uma agenda diversificada de atividades culturais e de animação, pese embora, também aqui se verifique uma reduzida participação da população.

Análise SWOT

Em jeito de súmula, apresenta-se, uma análise SWOT com a qual se pretende contribuir para uma leitura analítica das dinâmicas relativas aos processos locais de desenvolvimento. Importa notar de que esta grelha foi construída tendo por base a leitura feita do território contextualizada nas balizas LEADER/DLBC que orientam a construção da Estratégia de Desenvolvimento Local.

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Localização geoestratégica e acessibilidade (região e país) ▪ Potencial crescente de fixação populacional em freguesias rurais ▪ Rede de escolas em todos os níveis de ensino, incluindo um polo universitário ▪ Centros de investigação e espaços de acolhimento empresarial ▪ Oferta de equipamentos e infraestruturas culturais, associativos, recreativos e desportivos ▪ Potencial de crescimento da dimensão média das explorações agrícolas ▪ Condições de excelência do Vale do Mondego para a hortifruticultura ▪ Integração na Rota do Vinho da Bairrada ▪ Produtos certificados ou com potencial de certificação ▪ Forte tradição de artesanato e de doçaria conventual ▪ Oferta turística com potencial de atração ▪ Vasto património natural, cultural e histórico, 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Envelhecimento populacional ▪ Aumento da população desempregada, (jovem e qualificada) ▪ Baixa escolaridade e falta de formação profissional da população agrícola ▪ Fragilidade e subaproveitamento da articulação rural-urbano ▪ Reduzida empregabilidade no sector primário ▪ Ausência de ordenamento florestal ▪ Problemas estruturais e organizacionais na produção, transformação e comercialização de produtos agrícolas ▪ Atrofiamento da produção e do comércio local pelos aglomerados comerciais ▪ Insuficiente ligação do sistema de ensino superior e dos centros de investigação com o tecido empresarial em particular à agricultura ▪ Fraco dinamismo e organização dos setores empresarial e industrial ▪ Fragilidade na organização e oferta do produto

classificado e não classificado <ul style="list-style-type: none"> ▪ Oferta diversificada de atividades culturais e de animação ▪ Forte potencial na articulação rural-urbano 	turístico <ul style="list-style-type: none"> ▪ Fraca aderência do território às dinâmicas culturais e desportivas
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Inclusão do território na abordagem LEADER ▪ Constituição de uma parceria LEADER/DLBC ▪ Políticas europeias e nacionais com enfoque no crescimento económico, no empreendedorismo, na criação de emprego, na I&I&D, e na economia verde ▪ Projeto de emparcelamento e Plano de Aproveitamento Hidroagrícola do Baixo Mondego ▪ Reordenamento de espaços florestais e agrícolas ▪ Valorização no mercado das produções agroalimentares de qualidade e das aquisições em circuito curto ▪ Potencial de empreendedorismo em diversas dimensões (económica, social, associativa, jovem) ▪ Potencial multiplicador de certas atividades primárias (Vinho, cereais, viveiros, agropecuária) ▪ Potencial de certificação de produtos agroalimentares e de artesanato 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Atual conjuntura financeira e económica ▪ Tendências demográficas problemáticas (índices de dependência, taxa de natalidade) ▪ Escassez de emprego ▪ Especificidade do mercado de trabalho no setor agrícola (descoincidência entre a oferta e a procura) ▪ Êxodo de população para o estrangeiro, particularmente da população mais jovem e com maiores qualificações ▪ Risco de incêndios decorrente do abandono da floresta e da ausência de manutenção, limpeza e acessibilidades ▪ Concorrência de produtos das grandes cadeias comerciais ▪ Complexidade burocrática e carga fiscal à atividade de pequena dimensão, particularmente na agricultura

III - Estratégia de Desenvolvimento Local

Enquadramento

A EDL da CMF está ancorada num conjunto de elementos que resultam do diagnóstico e da análise SWOT dando expressão e fundamento a um objetivo geral construído no contexto da parceria - "Concretização de um Pacto para o Desenvolvimento Sustentável e Coesão Territorial" – e que incorpora as áreas de intervenção organizadas por eixos estratégicos, envolvendo a dinamização económica dos recursos naturais e produtivos, as questões da educação, formação e empreendedorismo para a empregabilidade, a promoção da inovação e da coesão social e territorial, a qualificação urbano/ambiental e condições de vida e a animação, promoção, cooperação, trabalho em rede e da integração urbano-rural. A construção desta EDL teve, ainda por referência, as perspetivas de desenvolvimento definidas no Acordo de Parceria e, por sequência nos restantes instrumentos de programação nacionais como os Programas Operacionais Temáticos e Regionais e, ainda a EIDT da CIM da Região de Coimbra.

Nesta EDL vertente DLBC, assume grande importância a dinamização de um espaço rural com muito potencial agrícola e de produtos locais mas que vive à "sombra" de um polo urbano forte, do qual muito pouco beneficia. Por esta razão as questões da coesão territorial assim como da articulação rural-urbano ganham uma dimensão significativa. Por outro lado, a necessidade de fixar jovens qualificados gerando oportunidades de emprego ou, proporcionando-lhes a criação do próprio emprego, assumem também uma centralidade relevante. Outro aspeto central, será a transferência de conhecimento dos "centros de investigação e saber" localizados no núcleo urbano para as dinâmicas que se pretendem gerar no espaço rural. Surgem, também, com interesse as matérias relativas ao património histórico-cultural e ao natural.

Em termos de recursos, estamos perante uma EDL que perspetiva o financiamento DLBC, completada por outros instrumentos financeiros dos FEEL e, também, com recursos do próprio território que, resultam exatamente da mobilização dos atores locais para os processos de desenvolvimento. Esta última componente é fundamental, numa fase de escassez de recursos e, em que impera a necessidade de se repensar a utilização e vocação de alguns equipamentos. Importa, também, aqui referir a utilização do recurso "conhecimento" do qual o território rural da CMF pouco tem beneficiado. De facto, prevê-se que alguns dos objetivos estratégicos equacionados, serão concretizados pela mobilização dos diversos parceiros e atores.

Considerando que a CMF irá ter acesso pela primeira vez a este instrumento específico de intervenção no território, assumem grande preponderância a experiência significativa que a maioria dos parceiros detêm como entidades beneficiárias e/ou gestoras de fundos públicos, relevando também, aqui o modelo de governação e animação territorial adotado. Considera-se, mesmo, que a assunção da EDL por parte dos parceiros, assim como o seu envolvimento ativo na implementação, constituem aspetos essenciais no sucesso e alcance dos resultados esperados. Por esta mesma razão o modelo de envolvimento dos atores do território, consignado na organização de plataformas temáticas, irá permitir alcançar de forma mais eficaz os objetivos definidos, alavancando, também a capacidade criativa e a inovação que resulta da interação dos agentes.

Estamos em crer que teremos uma EDL dinâmica geradora de outras iniciativas para além das que agora são equacionadas.

Pressupostos à construção da EDL

A construção da EDL da CMF seguiu um percurso que teve em consideração um conjunto de fundamentos e pressupostos, que passamos a expor:

- 1) A necessidade de inverter uma tendência persistente de uma insuficiente articulação entre duas realidades muito fortes neste território: uma dimensão rural assente num espaço com grande potencial agrícola e florestal e uma dimensão urbana muito marcada pela presença de importantes serviços públicos, de um ensino superior de renome internacional e um património de elevado valor e reconhecimento. A componente rural (16 freguesias; 291,8 Km²; 90.489 habitantes), surge neste contexto, de forma marginal não ganhando centralidade nos diversos instrumentos de política;
- 2) O conhecimento aprofundado que os parceiros da CMF detêm sobre o território de intervenção, alguns deles com intervenção em áreas muito relevantes definidas na EDL;
- 3) O conhecimento dos resultados de outras abordagens LEADER em territórios próximos aos da CMF que permitiu aferir aspetos críticos e alguns valores padrão relevantes e o alcance de algumas medidas;
- 4) A EDL e os objetivos estratégicos definidos;
- 5) As estatísticas sobre dimensões importantes da EDL (nº de explorações, nº de dormidas em estabelecimentos hoteleiros, nº de desempregados inscritos nos centros de emprego; etc.);
- 6) A regulamentação DLBC e as definições aí inscritas (limites máximos e mínimos de investimento a apoiar e taxas de cofinanciamento);

Desafios e Fatores Críticos de Sucesso

A CMF assume como grandes **desafios estratégicos** da sua intervenção na vertente DLBC:

- A estruturação e consolidação de estratégias de coesão territorial numa lógica de articulação da dimensão rural e urbana do concelho de Coimbra;
- A valorização económica e sustentável dos ativos do território, com particular incidência para a agricultura e o setor agroalimentar;
- A inovação e a transferência de conhecimento;
- A promoção sustentável do emprego;
- O envolvimento e mobilização da população jovem;
- A capacitação e articulação das organizações do território;
- E o modelo de governação para a execução da EDL com uma clara aposta na mobilização e envolvimento dos agentes do território.

Como principais **Fatores Críticos de Sucesso** para a implementação da EDL destacam-se:

- A adoção da EDL e dos seus desafios pelos parceiros;

- A capacidade de articulação e mobilização de recursos dos parceiros e outros agentes do território em torno da estratégia definida;
- A dimensão financeira da EDL a ser contratualizada no contexto do LEADER/DLBC;
- A atual conjuntura financeira e económica e o seu impacto na economia rural;
- Os processos de intensificação tecnológica e o efeito negativo na criação e manutenção de emprego;
- A emigração da população mais jovem e com maiores qualificações;
- A forte presença no território de grandes áreas comerciais e de dinâmicas de comercialização de circuitos longos;
- A complexidade burocrática e carga fiscal aplicada às atividades de pequena dimensão, particularmente na agricultura e na agroindústria (CCP, licenciamento, ASAE, etc.);
- A execução de alguns objetivos estratégicos da EDL através da mobilização de outras tipologias de apoio (PO temáticos e PO Centro, Outros);
- A simplificação e flexibilidade da regulamentação específica aplicável ao DLBC para que seja ajustada às especificidades de cada território LEADER/DLBC e à natureza dos seus principais beneficiários;
- A autonomia do GAL na definição e ajustamento de algumas regras de operacionalização (p.e. prazos de abertura, duração e dotação dos concursos, avisos para públicos/setores específicos, elegibilidades, critérios de seleção e respetiva ponderação, critérios de majoração das taxas de apoio), consideradas determinantes para a boa aplicação das medidas de financiamento, sendo igualmente, relevante para a prossecução das metas e resultados identificados;
- A capacidade de autofinanciamento dos proponentes, nomeadamente dos desempregados;
- O acesso a mecanismos financeiros ajustados às necessidades dos beneficiários em contexto de candidatura/execução (autofinanciamento, adiantamentos, seguros e garantias bancárias, etc.), matéria que se poderá vir a revelar determinante no sucesso de algumas das medidas, dado o perfil de beneficiários a que se destinam;
- A existência de outros apoios à criação de empresas por desempregados (nomeadamente do IEFP), mais vantajosas e com menos exigências financeiras.

Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL) “PACTO COIMBRA 2020”

A Estratégia de Desenvolvimento Local da CMF, designada de “PACTO COIMBRA 2020”, incorpora um conjunto diversificado de áreas de intervenção, organizadas em cinco eixos de estratégicos que concorrem para um modelo de governação assente na mobilização e envolvimento dos agentes do território.

A EDL construída em parceria no contexto da CMF, pretende responder aos desafios que se colocam no contexto do Portugal 2020 e à complexidade das dinâmicas específicas dos espaços rurais, assumindo como objetivo geral a “Concretização de um Pacto para o Desenvolvimento Sustentável e Coesão Territorial”.

Figura 1 – PACTO COIMBRA 2020 - Esquema relacional entre os eixos estratégicos e a Governação



Cada um dos eixos estratégicos encontra-se desagregado por objetivos específicos onde se enquadrará toda a atividade dinamizada pela CMF até 2020.

Para cada um dos 5 eixos estratégicos identificados, apresentam-se em seguida os respetivos objetivos estratégicos, a articulação com o diagnóstico/análise SWOT, a vocação DLBC.

EIXO I. DINAMIZAÇÃO ECONÓMICA DOS RECURSOS NATURAIS E PRODUTIVOS

Objetivos Específicos:

1. Promover a agricultura, o setor agroalimentar e os produtos locais de qualidade;
2. Incentivar a diversificação das explorações agrícolas;
3. Promover o desenvolvimento sustentado da floresta;
4. Dinamizar o complexo de atividades de turismo, desporto e lazer;
5. Dinamizar os serviços de proximidade e o comércio local;
6. Promover as indústrias criativas e culturais;
7. Promover a organização produtiva e comercial dos setores;
8. Dinamizar e apoiar a iniciativa empreendedora

Articulação com o diagnóstico/análise SWOT:

Este eixo foi construído para responder a problemáticas identificadas: reduzida empregabilidade no setor primário; ausência de ordenamento florestal; problemas estruturais e organizacionais no setor agrícola; atrofamento da produção e do comércio local pelos aglomerados comerciais; insuficiente ligação do sistema de ensino superior e dos centros de investigação com o tecido empresarial em particular à agricultura; fraco dinamismo e organização dos setores empresarial e industrial e fragilidade na organização e oferta do produto turístico. Pontos fortes identificados: potencial crescente de fixação populacional em freguesias rurais; centros de investigação e espaços de acolhimento empresarial; potencial de crescimento da dimensão média das explorações agrícolas; condições de excelência do Vale do Mondego para a hortifruticultura; integração na Rota do Vinho da Bairrada; produtos certificados ou com potencial de certificação; forte tradição de artesanato e de doçaria conventual e oferta turística com potencial de atração. Destacam-se as seguintes

oportunidades: projeto de emparcelamento e Plano de Aproveitamento Hidroagrícola do Baixo Mondego; reordenamento de espaços florestais e agrícolas; valorização no mercado das produções agroalimentares de qualidade e das aquisições em circuito curto; potencial de empreendedorismo em diversas dimensões; potencial multiplicador de certas atividades primárias; potencial de certificação de produtos agroalimentares e de artesanato.

Vocação DLBC:

Este eixo apresenta um particular alinhamento com as tipologias de investimento definidas tanto ao nível do PDR (Pequenos investimentos nas explorações agrícolas; Pequenos investimentos na transformação e comercialização; Diversificação de atividades na exploração; Cadeias curtas e mercados locais; Promoção de produtos de qualidade locais) como ao nível do POR Centro (Projetos de investimento para a expansão de pequenas e microempresas existentes de base local ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios; Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho).

II. EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E EMPREENDEDORISMO PARA A EMPREGABILIDADE

Objetivos Específicos:

9. Qualificação Escolar e Profissional dos Ativos Empregados e Desempregados;
10. Promover a qualificação e a capacitação das organizações para o empreendedorismo, a inovação, a investigação e sustentabilidade;
11. Promover a empregabilidade no território;
12. Promover formação para o desenvolvimento

Articulação com o diagnóstico/análise SWOT:

Problemáticas identificadas: envelhecimento populacional; do aumento da população desempregada; (jovem e qualificada); da baixa escolaridade e falta de formação profissional da população agrícola; da insuficiente ligação do sistema de ensino superior e dos centros de investigação com o tecido empresarial em particular à agricultura. Pontos fortes e oportunidades identificadas: rede de escolas em todos os níveis de ensino, incluindo um pólo universitário; centros de investigação e espaços de acolhimento empresarial

Vocação DLBC:

O objetivo específico com mais alinhamento com as tipologias DLBC é o "11. Promover a empregabilidade no território" que, poderá ter um melhor enquadramento no POR Centro se existir o entendimento por parte da A.G. em acomodar o apoio à contratação. Os restantes objetivos não encontram financiamento nas tipologias de investimento definidas. Para superar este constrangimento, a parceria definiu uma atuação no sentido de encontrar soluções para dar um melhor enquadramento a este eixo, apostando-se, desde já, em articulações com alguns dos parceiros.

EIXO III. PROMOÇÃO DA INOVAÇÃO E DA COESÃO SOCIAL E TERRITORIAL

Objetivos Específicos:

13. Reforçar a organização em rede de equipamentos e valências sociais;
14. Promover a igualdade de oportunidades, a conciliação da vida familiar e a igualdade de género;
15. Promover a inovação, a inclusão social e a cidadania ativa;
16. Promover as redes colaborativas e participativas;
17. Dinamizar o associativismo e o voluntariado local;
18. Promover os fundos circulares;
19. Promover o envolvimento e compromisso dos jovens nas dinâmicas locais de desenvolvimento

Articulação com o diagnóstico/análise SWOT:

Problemáticas identificadas: envelhecimento populacional; da fragilidade e subaproveitamento da articulação rural-urbano; do aumento da população desempregada, (jovem e qualificada); da baixa escolaridade e falta de formação profissional da população agrícola; da fragilidade e subaproveitamento da articulação rural-urbano e da fraca aderência do território às dinâmicas culturais e desportivas. Pontos fortes identificados (oferta de equipamentos e infraestruturas culturais, associativos, recreativos e desportivos; vasto património natural, cultural e histórico oferta diversificada de atividades culturais e de animação, forte potencial na articulação rural-urbano) e algumas oportunidades como a inclusão do território na abordagem LEADER e a constituição de uma parceria LEADER/DLBC.

Vocação DLBC:

Este eixo, poderá ter dificuldades em ter enquadramento na abordagem LEADER/DLBC. A CMF apresentou a proposta de criação de uma medida de intervenção “Dinamizar o associativismo e promover a inovação social” no âmbito do PDR 2020. Antevê-se, também, que possam vir a ser desenvolvidas algumas linhas de atuação com o apoio da componente de animação da medida de funcionamento LEADER.

EIXO IV. QUALIFICAÇÃO URBANO/AMBIENTAL E CONDIÇÕES DE VIDA

Objetivos Específicos:

20. Promover a preservação, conservação e valorização do património natural e cultural;
21. Promover a renovação dos centros rurais e urbanos;
22. Promover a qualificação, renovação e dinamização de equipamentos e infraestruturas;
23. Promover a investigação, educação e promoção ambiental;
24. Promover a valorização, consolidação e reforço das dinâmicas culturais instaladas;
25. Promover a eficiência energética e sustentabilidade ambiental;
26. Promover uma mobilidade sustentável

Articulação com o diagnóstico/análise SWOT:

Problemáticas identificadas: fragilidade na organização e oferta do produto turístico e da fraca aderência do território às dinâmicas culturais e desportivas. Pontos fortes e oportunidades identificadas: oferta de equipamentos e infraestruturas culturais, associativos, recreativos e desportivos; oferta turística com

potencial de atração; vasto património natural, cultural e histórico e oferta diversificada de atividades culturais e de animação

Vocação DLBC:

Este eixo apresenta um objetivo específico com uma relação mais direta com as tipologias DLBC nomeadamente do FEADER (Renovação de aldeias) e do FEDER (Proteção, valorização, conservação e promoção do património histórico e cultural e requalificação de infraestruturas de apoio à valorização e visitação de Áreas Classificadas, bem como outras áreas associadas à conservação de recursos naturais...).

EIXO V. PROMOÇÃO DA ANIMAÇÃO, PROMOÇÃO, COOPERAÇÃO, TRABALHO EM REDE E DA INTEGRAÇÃO URBANO-RURAL

Objetivos Específicos:

27. Promover a transferência de conhecimentos na área da investigação, inovação e internacionalização para o tecido empresarial local;
28. Promover a atuação concertada e integrada entre agentes locais;
29. Dinamizar iniciativas de cooperação intra e inter-regional e internacionalização em áreas interesse para o território;
30. Dinamizar iniciativas de animação no território visando o fomento da identidade local e a atratividade do público urbano;
31. Promover e divulgar o território e os seus recursos em contexto regional, nacional e internacional

Articulação com o diagnóstico/análise SWOT:

Problemáticas identificadas: fragilidade e subaproveitamento da articulação rural-urbano; insuficiente ligação do sistema de ensino superior e dos centros de investigação com o tecido empresarial em particular à agricultura; fraco dinamismo e organização dos setores empresarial e industrial; fragilidade na organização e oferta do produto turístico e fraca aderência do território às dinâmicas culturais e desportivas. Pontos fortes e oportunidades identificadas: rede de escolas em todos os níveis de ensino, incluindo um pólo universitário; centros de investigação e espaços de acolhimento empresarial; oferta de equipamentos e infraestruturas culturais, associativos, recreativos e desportivos e forte potencial na articulação rural-urbano

Vocação DLBC:

Este eixo, poderá ter dificuldades em ter enquadramento na abordagem LEADER/DLBC. Prevê-se que possam vir a ser desenvolvidas algumas linhas de atuação com o apoio da componente de animação da medida de funcionamento LEADER e da cooperação.

Para uma melhor compreensão desta Estratégia apresentamos, na página seguinte, um esquema que apresenta de forma sintética os Eixos Estratégicos, decompostos em Objetivos Específicos:

Figura 2 – PACTO COIMBRA 2020 – Objetivos específicos por Eixo Estratégico

EIXOS ESTRATÉGICOS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	
GOVERNAÇÃO	I. Dinamização económica dos recursos naturais e produtivos	1. Promover a agricultura, o setor agroalimentar e os produtos locais de qualidade 2. Incentivar a diversificação das explorações agrícolas 3. Promover o desenvolvimento sustentado da floresta 4. Dinamizar o complexo de atividades de turismo, desporto e lazer 5. Dinamizar os serviços de proximidade e o comércio local 6. Promover as indústrias criativas e culturais 7. Promover a organização produtiva e comercial dos setores 8. Dinamizar e apoiar a iniciativa empreendedora
	II. Educação, formação e empreendedorismo para a empregabilidade	9. Qualificação Escolar e Profissional dos Ativos Empregados e Desempregados 10. Promover a qualificação e a capacitação das organizações para o empreendedorismo, a inovação, a investigação e sustentabilidade 11. Promover a empregabilidade no território 12. Promover a formação para o desenvolvimento
	III. Promoção da Inovação e da Coesão Social e Territorial	13. Reforçar a organização em rede de equipamentos e valências sociais 14. Promover a igualdade de oportunidades, a conciliação da vida familiar e a igualdade de género 15. Promover a inovação, a inclusão social e a cidadania ativa 16. Promover as redes colaborativas e participativas 17. Dinamizar o associativismo e o voluntariado local 18. Promover os fundos circulares 19. Promover o envolvimento e compromisso dos jovens nas dinâmicas locais de desenvolvimento
	IV. Qualificação urbano/ ambiental e condições de vida	20. Promover a preservação, conservação e valorização do património natural e cultural 21. Promover a renovação dos centros rurais e urbanos 22. Promover a qualificação, renovação e dinamização de equipamentos e infraestruturas 23. Promover a investigação, educação e promoção ambiental 24. Promover a valorização, consolidação e reforço das dinâmicas culturais instaladas 25. Promover a eficiência energética e sustentabilidade ambiental 26. Promover uma mobilidade sustentável
	V. Promoção da animação, promoção, cooperação, trabalho em rede e da integração rural-urbano	27. Promover a transferência de conhecimentos na área da investigação, inovação e internacionalização para o tecido empresarial local (agricultura, agroalimentar, indústria, etc.) 28. Promover a atuação concertada e integrada entre agentes locais 29. Dinamizar iniciativas de cooperação intra e inter-regional e internacionalização em áreas interesse para o território 30. Dinamizar iniciativas de animação no território visando o fomento da identidade local e a atratividade do público urbano 31. Promover e divulgar o território e os seus recursos em contexto regional, nacional e internacional

Estratégia de Cooperação

O trabalho de cooperação assumirá, durante o próximo período de programação, um papel fundamental na atuação da CMF, permitindo, por um lado, a afirmação da abordagem LEADER no seio do seu território de intervenção, através da mobilização e envolvimento da parceria e dos demais agentes locais em processos de reflexão, aprendizagem e capitalização de conhecimentos e experiências ao nível do desenvolvimento rural.

Por outro lado, a cooperação constituir-se-á como o veículo privilegiado para a afirmação do território DLBC em contexto nacional e internacional, quer através da exportação de recursos e serviços existentes (consolidados e/ou com potencial de crescimento e replicação), quer através da qualificação e capacitação das organizações e do território. Pretende-se assim fomentar a partilha e troca de experiências e boas práticas; a transferência de conhecimentos e de instrumentos metodológicos e pedagógicos; a replicação de iniciativas e projetos dinamizados com sucesso e a concretização de intervenções conjuntas e integradas em áreas temáticas, problemáticas e ou de interesse emergente, comuns aos territórios rurais.

Neste sentido, a CMF identificou as seguintes áreas de atuação no que respeita à cooperação:

1. Cooperação de proximidade, atendendo a temáticas de convergência com os territórios DLBC vizinhos, por forma a potenciar a criação de escala e valor acrescentado a alguns recursos do território tais como: Baixo Mondego, Rota do Vinho da Bairrada, doçaria conventual/ gastronomia, redes colaborativas, circuitos curtos e outros.
2. Cooperação temática, quer interterritorial quer transnacional (europeia, PALOP, CPLP, internacional), incidindo sobre áreas de atuação consideradas problemáticas ou pertinentes para o fomento do crescimento inteligente, verde e inclusivo do território DLBC. Através de trabalhos preparatórios, foram sendo identificadas algumas das áreas temáticas a desenvolver: recursos hídricos; recursos florestais; produtos locais; novos formatos de agricultura; exportação de produtos e serviços (particularmente junto das comunidades portuguesas emigrantes); internacionalização de empresas; dinâmicas de trabalho com jovens.
3. Cooperação de capacitação institucional, nomeadamente através da associação da CMF (novo GAL) ao trabalho em rede que já vem sendo desenvolvido por outros GAL, com mais experiência de trabalho a nível regional e nacional, tendo em vista a sua capacitação e a dos seus técnicos sobre dinâmicas e ferramentas de trabalho ao nível da gestão e acompanhamento da iniciativa LEADER.

Através da concretização de alguns contactos preliminares com GAL pré existentes, foram identificados alguns projetos dos anteriores períodos de programação como pertinentes ao envolvimento do GAL CMF. Neste contexto e perante a possibilidade da sua continuidade no atual período de programação foram identificados os seguintes: "Cooperar em Português" (projeto transnacional de cooperação com PALOP e CPLP), "Região Solidária" (projeto inter-regional de promoção do envolvimento das crianças e jovens em iniciativas de educação/formação, cidadania e empreendedorismo), "PROVE" (potenciação do circuitos curtos de comercialização de produtos agrícolas).

Articulação da EDL com a EIDT da Região de Coimbra e a RIS 3 Centro

A articulação com os FEEI constitui uma orientação transversal a toda a programação que no contexto da EDL proposta pela CMF assume características diferenciadas de outros mecanismos de programação, atendendo à dimensão específica do LEADER/DLBC:

- Trata-se de um instrumento definido no contexto das instituições europeias que permite que entidades privadas se configurem como Organismos Intermédios;

- Trata-se de uma abordagem multi-fundos que no caso do FEADER (PDR2020) apresenta uma matriz de tipologias de intervenção de âmbito nacional mas, no contexto do FSE e do FEDER assume abordagens regionais associadas aos Programas Operacionais por NUT II;
- Trata-se de um instrumento para o qual o Acordo de Parceria definiu uma orientação de alinhamento com as EIDT das NUT III que no caso da CMF é a CIM Região de Coimbra.

A propósito deste último ponto, releva fazer uma reflexão sobre a articulação entre a EDL da CMF e a estratégia de desenvolvimento territorial desenvolvida pela CIM da Região da Coimbra, cujo território de abrangência inclui o concelho de Coimbra, onde atua a CMF. Na sua EIDT, a CIM Região de Coimbra identificou três áreas de intervenção prioritárias com as quais existe uma clara correspondência ao nível dos objetivos estratégicos que a CMF definiu, como poderemos ver, partindo para tal da EIDT da CIM de Coimbra:

- **EIDT/CIM COIMBRA - Valorização e Gestão dos Recursos Endógenos** – correspondência com a CMF: I. Dinamização económica dos recursos naturais e produtivos;
- **EIDT/CIM COIMBRA - Inovação, Capital Humano e Coesão e Inclusão Social** – correspondência com a CMF: II. Educação, formação e empreendedorismo para a empregabilidade e III. Promoção da Inovação e da Coesão Social e Territorial;
- **EIDT/CIM COIMBRA - Rede Urbana e Estruturação do Território e Rede de Governação e Eficiência da Administração** – correspondência com a CMF: IV. Qualificação urbano/ambiental e condições de vida e V. Promoção da animação, promoção, cooperação, trabalho em rede e da integração urbano-rural e Governação.

Podemos aprofundar este nível de articulação com um outro exercício, estabelecendo para tal e, entre cada um dos objetivos estratégicos definidos pela CMF uma relação com as iniciativas estruturantes da EIDT da Região de Coimbra, para este efeito apresentam-se, também, os principais pontos de correspondência:

- **I. Dinamização económica dos recursos naturais e produtivos** – alinhamento com a EIDT Região de Coimbra: Proteção, qualificação, valorização e ordenamento dos recursos ambientais, agrícolas e florestais; Qualificação das atividades em meio rural e valorização dos produtos endógenos; Região de Coimbra, destino turístico; Região de Coimbra, pólo de inovação e I&DT; Promoção de novos modelos competitivos, da internacionalização do tecido empresarial e da criação de emprego
- **II. Educação, formação e empreendedorismo para a empregabilidade** – alinhamento com a EIDT Região de Coimbra: Qualificação das atividades em meio rural e valorização dos produtos endógenos; Região de Coimbra, destino turístico; Inclusão social, equidade no acesso aos serviços públicos e redução da pobreza (Apoio a o empreendedorismo e à criação do próprio emprego)
- **III. Promoção da Inovação e da Coesão Social e Territorial** – alinhamento com a EIDT Região de Coimbra: Inclusão social, equidade no acesso aos serviços públicos e redução da pobreza.
- **IV. Qualificação urbano/ambiental e condições de vida** – alinhamento com a EIDT Região de Coimbra: Promoção das energias renováveis e da eficiência energética; Região de Coimbra, destino turístico; Desenvolvimento urbano sustentável, incluindo eficiência energética
- **V. Promoção da animação, promoção, cooperação, trabalho em rede e da integração urbano-rural e Governação** – alinhamento com a EIDT Região de Coimbra: Modernização e eficiência administrativa (Capacitação institucional de parcerias territoriais de apoio ao desenvolvimento

Importa salvaguardar de que, à semelhança do que acontece com outros GAL pré-existentes, a CMF integrará o Conselho estratégico da CIM de Coimbra, situação que permitirá de uma forma mais formal e eficaz, regular a articulação e os ajustamentos que se vierem a revelar necessários para que os objetivos do Acordo de Parceria que Portugal assinou com a U.E. se concretizem.

Consideramos que para este exercício é importante, também, considerar a dinâmica da Estratégia Regional de Especialização Inteligente (RIS3 Centro). No contexto da RIS 3 funcionam 3 domínios diferenciadores entre os quais temos a inovação territorial, havendo ainda a considerar os domínios temáticos que enquadram a agricultura, a floresta e o turismo. Estas matérias constituem áreas relevantes da EDL como poderá ser comprovado numa análise mais detalhada a alguns objetivos específicos de que destacamos os seguintes: Promover a agricultura, o setor agroalimentar e os produtos locais de qualidade; Promover o desenvolvimento sustentado da floresta; Dinamizar o complexo de atividades de turismo, desporto e lazer.

Modelo de Governação

Atendendo a que a CMF se constitui como uma nova Associação e simultaneamente um novo Grupo de Ação Local (GAL) com competências de Órgão Intermédio com uma intervenção inovadora num território nunca antes trabalhado numa lógica de intervenção LEADER, a mobilização e o envolvimento dos atores locais e das populações residentes, assume-se como uma vertente fundamental a uma implementação bem-sucedida da EDL. Esta mobilização de atores locais iniciou-se com a constituição da CMF, enquanto associação de desenvolvimento local, e ganhou corpo aquando da elaboração da EDL e da constituição do GAL, como reflete a estrutura da parceria local, multidisciplinar e plurisectorial.

No entanto, para que a implementação da EDL ocorra com eficácia e eficiência, será necessário dar corpo a uma série de iniciativas de animação e sensibilização do território para dinâmicas de desenvolvimento rural e de promoção e incentivo à capitalização de experiências e de recursos de diferentes atores locais, nomeadamente através do trabalho em rede e da cooperação. Atendendo à importância desta dinâmica de atuação, a parceria definiu-a como um dos eixos estratégicos da EDL.

Desta forma, a estratégia definida pela CMF para garantir a participação ativa dos atores locais, inclui não somente o envolvimento de todos os parceiros nos diversos órgãos de suporte à implementação do DLBC, mas também pelo envolvimento dos demais atores do território cuja intervenção comunga direta ou indiretamente dos objetivos estratégicos definidos na EDL. Assim, pretende-se, por um lado, criar e dinamizar um complexo plano de comunicação, consubstanciado:

- na divulgação de apoios e iniciativas e informação de interesse através dos meios de comunicação tradicionais e dos suportes de informação virtuais (página de internet, *facebook*, *newsletter*, *mailing list*, etc.) da CMF e dos seus parceiros;
- na realização de sessões de esclarecimento gerais e direcionadas a públicos-alvo específicos (desempregados; agricultores, unidades produtivas; associativismo; juntas de freguesias; etc.);
- na mobilização de parceiros locais, incluindo juntas de freguesias, o município, a CIM Região de Coimbra, o IEFP, a SS, e outros, e estabelecendo nos casos pertinentes, parcerias formais ou informais e redes de contactos;
- na criação de material promocional (folhetos, *banners*);
- no envolvimento da CMF em estruturas e órgãos locais, como o CLAS e outros de interesse.

Adicionalmente, pretende-se dinamizar o território através da constituição de Plataformas de Intervenção temáticas, numa lógica de trabalho participativo. Pretende-se desta forma mobilizar a participação e envolvimento da comunidade e dos atores locais, agregando-os por áreas de atuação ou intervenção, antevendo-se a constituição de pelo menos uma em cada eixo estratégico da EDL, mas com possibilidade de criação de algumas mais específicas ou sectoriais. Estas estruturas funcionarão através de regulamento próprio a aprovar pela AG e contarão com um plano de trabalho ajustado, assumindo-se como espaços de debate, reflexão, elaboração de propostas de intervenção ou planos de atuação, que poderão depois ser operacionalizadas pelas próprias plataformas, pela parceria ou pela CMF e integradas em iniciativas DLBC ou noutro enquadramento financeiro nacional e/ou internacional.

III. INVESTIMENTOS, AÇÕES E METAS

Objetivo Temático	Prioridade de Investimento	Fundo	Eixo/Medida do Programa Ação do Pacto	Indicadores de Realização	Meta 2018	Meta 2023	Indicadores de resultado	Meta 2018	Meta 2023	Proposta de Dotação
99Não aplicável	M10 LEADER	FEADER	Pequenos investimentos nas explorações agrícolas	01 Despesa Pública (mil €)	247,50	450	P6B Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	4	7	405.000
				O20 Projetos apoiados (nº)	25	45	P2A Explorações ou Beneficiários apoiados, na reestruturação ou modernização (%)	0,44	0,7	
				P2A/P3A Projetos/beneficiários apoiados nº)	24	44				
99Não aplicável	M10 LEADER	FEADER	Pequenos investimentos na transformação e comercialização	01 Despesa Pública (mil €)	247,50	450	P6B Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	4	8	405.000
				O20 Projetos apoiados (nº)	6	10				
				P2A/P3A Projetos/beneficiários apoiados nº)	6	10				
99Não aplicável	M10 LEADER	FEADER	Diversificação de atividades na exploração;	01 Despesa Pública (mil €)	231	420	P6B Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	4	7	378.000
				O20 Projetos apoiados (nº)	5	9				
				P2A/P3A Projetos/beneficiários apoiados nº)	5	9				
99Não aplicável	M10 LEADER	FEADER	Cadeias curtas e mercados locais;	01 Despesa Pública (mil €)	137.50	250	P6B Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	1	2	225.000
				O20 Projetos apoiados (nº)	2	3				
				P2A/P3A Projetos/beneficiários apoiados nº)	2	3				
99Não aplicável	M10 LEADER	FEADER	Promoção de produtos de qualidade locais;	01 Despesa Pública (mil €)	125.41	233.46	P3A Explorações ou Beneficiários com investimento apoiado em regimes de qualidade (%)	0,02	0,04	210.116,55
				O20 Projetos apoiados (nº)	10	19				
				P2A/P3A Projetos/beneficiários apoiados nº)	10	19				
99Não aplicável	M10 LEADER	FEADER	Renovação de aldeias	01 Despesa Pública (mil €)	115.50	210				189.000
				O20 Projetos apoiados (nº)	12	21				
				P2A/P3A Projetos/beneficiários apoiados nº)	12	21				

Objetivo Temático	Prioridade de Investimento	Fundo	Eixo/Medida do Programa Ação do Pacto	Indicadores de Realização	Meta 2018	Meta 2023	Indicadores de resultado	Meta 2018	Meta 2023	Proposta de Dotação
09 Promover a integração social e combater a pobreza e qualquer discriminação	10 Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Projetos de investimento para a expansão de pequenas e microempresas existentes de base local ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios	O.08.08.01.CEmpresas que beneficiam de apoio	5	13	R.08.08.01.EPostos de trabalho criados	7	18	492.113,07€
09 Promover a integração social e combater a pobreza e qualquer discriminação	10 Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Proteção, valorização, conservação e promoção do património histórico e cultura (PI 6c);	O.06.03.01.CAumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiários de apoio (visitantes/ano)	271	677	R.06.03.01.EDormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros (mil dormidas)	0,17	0,21	54.679,23
09 Promover a integração social e combater a pobreza e qualquer discriminação	06 Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FSE	Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos	O.08.03.01.EPessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego	18	45	R.08.03.01.EPessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio	0	50%	770.741,60€

